

**15. “LOJAS COM HISTÓRIA” - PROPOSTA DE ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA PARA EFEITOS DE RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E ENTIDADES DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL OU SOCIAL LOCAL AO ABRIGO DA LEI Nº. 42/2017:**

Do **Sr. Vereador do Património e Regeneração Urbana**, submetendo à consideração do Executivo proposta de 46 lojas para abertura de consulta pública para efeitos de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local ao abrigo da lei Nº. 42/2017, que se anexa.



Regeneração Urbana  
Património  
Ligação à Universidade  
Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

*À reunião do  
Executivo Municipal  
J. J. Nuno  
14 Fev 2018*

## **“Lojas com História”**

### **Proposta de abertura de consulta pública para efeitos de Reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local ao abrigo da Lei nº42 /2017**

A Câmara Municipal de Braga, no âmbito das atividades do Pelouro do Património, através do Programa “Lojas com História” reconhece a importância do comércio como um dos elementos distintivos e diferenciadores da cidade nas suas dimensões social, económica e cultural. Neste sentido, assume o compromisso de reconhecer, proteger e dinamizar ações tendentes a apoiar a preservação de estabelecimentos e entidades comerciais reconhecidos como de valor patrimonial e coletivo. A distinção é atribuída em função do apuramento do interesse cumulativo da atividade, com a existência e preservação de elementos patrimoniais materiais, culturais e históricos.

O comércio é uma atividade marcada pela competitividade e rápida mutação de hábitos e objetos de desejo, que decorre da alteração dos estilos de vida e da lógica do mercado, fraca regulação, restrita praticamente a questões fiscais, laborais e de horário de funcionamento.

Entre nós esta dinâmica foi particularmente intensa com a “revolução comercial” dos anos 80 e 90. Depois dessa mudança e após a crise dos últimos anos, pode-se verificar que são já relativamente raros os estabelecimentos antigos e mais ainda os estabelecimentos que conservam a atividade inicial, no lugar de origem. Entende-se que estas circunstâncias consignam um valor acrescido que vai para além da dimensão económica de uma empresa em si mesma. Reconhece-se o valor material associado à arquitetura e à decoração, bem como também um valor imaterial, de natureza simbólica, o qual é cada vez mais reconhecido e procurado, sobretudo quando se tratam de lojas marcantes na memória, na imagem e na cultura

da cidade. De facto, seja por causa do contexto económico desfavorável, seja pela capacidade acrescida do sector imobiliário, da hotelaria e do alojamento em querer promover realizações de investimento imediato, a verdade é que o desaparecimento dos estabelecimentos com valor patrimonial é cada vez mais visto como uma (des)economia a médio e longo prazo são cada vez mais as pessoas e instituições que reconhecem o património comercial como um valor colectivo para toda a cidade (junto de visitantes em geral e turistas em particular), assim como uma mais-valia social, para a cidade que é de todos.

Com este entendimento, a Lei n.º 42/2017 de 14 de junho, estabelece o regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local. O diploma legal prevê o desenvolvimento de programas orientados para apoiar todos os estabelecimentos e outras entidades que desempenham (ou desempenharam) um papel importante na história da cidade, sendo-lhes atribuída uma grande notoriedade e reconhecimento. Enquadram-se neste programa todos os estabelecimentos comerciais com valor histórico reconhecido (lojas com história); as atividades de comércio ou prestação de serviço local, desde que situadas em pequenos estabelecimentos de rua (dito comércio tradicional); e ainda todos os estabelecimentos de comércio e restauração e ainda entidades associativas ou coletividades que constituam referências (pela sua atividade ou património) no contexto económico, cultural ou social local.

O reconhecimento dos estabelecimentos é da responsabilidade das câmaras municipais, podendo iniciar o procedimento legal de forma oficiosa, ou em resposta a requerimento do titular do estabelecimento ou da entidade, do órgão da freguesia respetiva ou de associação de defesa do património cultural, sempre em respeito por regulamento municipal em vigor.

A lei prevê um conjunto de benefícios e incentivos para os estabelecimentos e entidades a classificar, designadamente:

- ❖ Proteção prevista no regime jurídico do arrendamento urbano;
- ❖ Proteção prevista no regime jurídico das obras em prédios arrendados;
- ❖ Acesso a programas municipais ou nacionais de apoio aos estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local;
- ❖ Benefícios ou isenções fiscais a conceder pelos municípios, nos termos da legislação em vigor;

❖ **Direito de preferência nas transmissões onerosas de imóveis.**

Para o efeito foi constituído o seguinte Grupo de Trabalho que conta ao nível de apoio externo com a coordenação do especialista em urbanismo comercial, Professor Doutor Rio Fernandes, e com Doutor Pedro Chamusca e Arq.<sup>ª</sup> Isabel Caldeira, e coordenado no município pelo Vereador do Património Professor Doutor Miguel Bandeira, Dr. Pedro Lopes e a Arq.<sup>ª</sup> Fátima Pereira. O Conselho Estratégico para a Regeneração Patrimonial e Urbana de Braga (CERPUB) assume a função de concelho consultivo para efeito deste programa e avaliação da notoriedade das lojas a classificar.

Para efeitos do reconhecimento em causa são ponderados, nos termos do art.º4 da Lei 42/2017, **os critérios gerais de reconhecimento de estabelecimento ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local:**

- a) **A atividade;**
- b) **O património material;**
- c) **O património imaterial.**

Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior são ponderados os seguintes elementos:

- a) **A longevidade reconhecida**, assente no exercício da atividade suscetível de reconhecimento há pelo menos 25 anos;
- b) **O significado para a história local**, assente na sua contribuição para o enriquecimento do tecido social, económico e cultural locais, em termos que constituam um testemunho material da história local;
- c) **O seu objeto identitário**, assente na manutenção de uma **função histórica, cultural ou social que, pela sua unicidade, diferenciação e qualidade, apresentem uma identidade própria**, designadamente através da promoção continuada de atividades culturais, recreativas e desportivas;
- d) **O facto de serem únicos no quadro das atividades prosseguidas**, em função do seu uso original, de serem os **últimos do seu ramo de negócio ou atividade**, de terem introduzido novos conceitos na sua atividade para responder às necessidades do público ou da comunidade, ou de manterem oficinas de manufatura dos seus produtos.

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

a) O património artístico, evidenciado na presença de património material íntegro ou de elementos patrimoniais originais e de interesse singular, designadamente:

i) Arquitetura;

ii) Elementos decorativos e mobiliário;

iii) Elementos artísticos, designadamente obras de arte;

b) O acervo, decorrente da posse de bens materiais e documentos considerados essenciais para a atividade da entidade e que integrem o seu espólio.

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

a) A sua **existência como referência local**, decorrente da presença continuada como referência viva na cultura local e nos hábitos e rituais do público, contribuindo assim para a identidade urbana ao constituírem uma referência geográfica ou de orientação e memória dos cidadãos, ou ao terem sido e continuarem a ser, de forma relevante para a história local ou nacional, palco de acontecimentos ou local de reunião de grupos de cidadãos;

b) A **necessidade de salvaguarda do património imaterial, garantindo a salvaguarda dos bens patrimoniais e documentais que o registem, e respetivo património intangível;**

c) A **necessidade de divulgação, garantindo o conhecimento do património imaterial pelos residentes e visitantes do tecido edificado em que se inserem, como forma da sua valorização e fruição junto do público.**

Nesse sentido, remete-se nos termos do nº1 do art.º 6 da **Lei 42/2017** de 14 de junho, uma lista de **46 lojas para abertura de consulta pública para efeitos de reconhecimento como estabelecimento e/ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local**, de acordo com a proposta apresentada pelo grupo de trabalho e da discussão, da avaliação do Conselho Estratégico para a Regeneração Patrimonial e Urbana de Braga, e ouvida a junta de freguesia em cuja circunscrição se localize o estabelecimento ou a entidade a reconhecer. A decisão de reconhecimento é precedida de período de consulta pública pelo período de 20 dias.

**Proposta de 46 lojas para abertura de consulta pública para efeitos de  
Reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e  
cultural ou social local ao abrigo da Lei nº42 /2017**

<b>Freguesia</b>	<b>Designação</b>	<b>Morada</b>	<b>Atividade</b>	<b>Ano Abertura</b>
<b>União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto</b>	<b>Frigideiras do Cantinho</b>	Largo São João Souto 1 4700-326 BRAGA	Pastelaria Cafetaria	1796
	<b>Confeitaria Santo António LUXA</b>	Pç. Conde de Agrolongo, 85 4700-312 BRAGA	Pastelaria	1828
	<b>Ourivesaria Confiança</b>	Rua do Souto, 1 4700-329 Braga	Joalharia Relojoaria	1840
	<b>Café Vianna</b>	Praça da Republica, 4710-305 Braga	Bar/Café	1858
	<b>Ótica Cerqueira Gomes</b>	Rua de S. Marcos, 11 4700-306 Braga	Ótica	1890
	<b>Mercado S. João</b>	Rua de S. João nº 5 a 9 4700-325 Braga	Mercearia	1894
	<b>A Brasileira</b>	Lg. Barão de S. Martinho, 17 4700-306 Braga	Café	1907
	<b>Barbearia Vasconcelos</b>	Rua de S. Marcos, 19/21 4700-306 Braga	Barbearia	1909
	<b>Correaria Moderna</b>	Rua dos Chãos, 133 4710-230 Braga	Correio	1914
	<b>Torrefação Bracarense</b>	Rua do Castelo,13 4700-311 Braga	Café / Vinhos Charcutaria	1930
	<b>Chapelaria Machado</b>	R. do Souto 139 4700-239 Braga	Chapelaria Sapataria	1932
	<b>Casa das Velas</b>	Rua Dr. Justino Cruz, 105 4700 – 314 Braga	Velas Tapetes	1943
	<b>Casa das Flores</b>	Rua Eça Queirós, n.º 66 4700-315 Braga	Hortícolas	1952
	<b>Pastelaria Cabanelas</b>	Rua Chãos, 78 4710-230 BRAGA	Pastelaria	1875
	<b>Ourivesaria Santos</b>	Largo Barão de S Martinho 27 4700-306 Braga	Ourivesaria	1904
	<b>Lusitana</b>	Rua Justino Cruz, n.º 127 4700-313 Braga	Pastelaria	1955
	<b>Barbearia Albino da Costa Pereira</b>	Rua dos Chãos, n.º 107 4700-387 Braga	Barbearia	1950
	<b>Ferreira Capa</b>	Rua dos Capelista, n.º 45 4700-312 Braga	Pastelaria	1915
	<b>Sapataria Amorim</b>	Rua do Souto, n.º 148 4700-329 Braga	Sapataria	1915
	<b>Casa Pimenta</b>	Praça Conde Agrolongo, 46 4700-310 Braga	Restaurante	1957

	<b>Flor do Vouga</b>	Praça Conde Agrolongo, 143 4700-312 Braga	Restaurante	1943
	<b>Paramentaria Vasconcelos</b>	Rua do Anjo, 55 4700-305 Braga	Paramentaria Art.Religiosos	1840
	<b>Pereira das Violas</b>	Av. Central, 56 4710-229 BRAGA	Retrosaria	1918
	<b>Queijaria Central</b>	Av. Central, 38 4710-229 Braga	Pastelaria	1952
	<b>Farmácia Lima</b>	Rua de Chãos, nº166/176 Braga	Farmácia	1930
	<b>Braga Oliva-Confort Eletrodomésticos</b>	Rua dos Chãos, 86 4710-230 Braga	Electrodomésti cos	1975
	<b>A Colonial</b>	Praça Conde Agrolongo, 147 4700-312 Braga	Mercearia	1939
	<b>Casa Faria</b>	Rua dos Chãos 4710-230 Braga	Retrosaria	1965
	<b>Farmácia Brito</b>	Avenida da Liberdade, 777 4710-251 - Braga	Farmácia	1933
	<b>Pires Joalheiro</b>	Rua do Souto, n.º 48 4700-329 Braga	Ourivesaria	1927

<b>S. Vicente</b>	<b>Doçaria de S. Vicente</b>	Rua Conselheiro Januário, 151 4700-373 Braga	Pastelaria	1829
	<b>Tasquinha Dom Ferreira</b>	Rua São Vicente, nº33/35 Braga	Restaurante	1951
	<b>Restaurante Minisport</b>	Rua do Carvalhal, nº38 R/C 4700-310 Braga	Restaurante	1966
	<b>Funerária de S. Vicente</b>	Rua de São Vicente, nº26/30 Braga	Funerária	1863

<b>S. Victor</b>	<b>A Negrita</b>	Av. Central, 177 4710-228 Braga	Cafés /Chás	1948
	<b>Móveis S. Victor</b>	Rua de São Vítor, n.º 144-146 4710-439	Mobiliário	1974

<b>Sé Cidade</b>	<b>Relojoaria Maurício Queiroz</b>	Rua Frei Caetano Brandão, 4 4700-031 BRAGA	Relojoeiro	1903
	<b>Casa das Sementes</b>	Rua Frei Caetano Brandão, 29/31 4700-031 Braga	Sementes Plantas	1919
	<b>Restaurante Cruz Sobral</b>	Campo das Hortas, 8 4700-210 Braga	Restaurante	1926
	<b>Restaurante Inácio</b>	Campo das Hortas, 4 4700-210 Braga	Restaurante	1931
	<b>Restaurante Bem-me-quer</b>	Campo das Hortas, 5-6	Restaurante	1953
	<b>Pharmacia Sousa Gomes</b>	Rua D. Frei Caetano Brandão, n.º 22-40 4700-031 Braga	Farmácia	1905

	<b>Relojoaria/Ourivesaria Oliveira</b>	Rua D. Diogo de Sousa, 13-15 4700-422 Braga	Ourivesaria	1926
	<b>Macedo &amp; Companhia</b>	Rua Andrade Corvo, n.º 16-34 4700-204 Braga	Materiais Construção	1948
	<b>Companhia Hortícola do Minho</b>	Rua de S. Geraldo, 25 4700-041 Braga	Florista	1924
	<b>Casa Silva</b>	Rua D. Frei Caetano Brandão, n.º 60-62 4700-031 Braga	Solas e Cabedais	1919

Em caso de decisão de distinção os estabelecimentos: a Confeitaria Santo António e os Móveis S. Victor devem ficar condicionados à apresentação de certidão permanente ou declaração de início de atividade em que se comprove a existência de CAE secundário elegível no âmbito da Lei 42/2017.

12 de janeiro de 2018

Pelo Vereador do Património e da Regeneração Urbana



(Miguel Sopas de Melo Bandeira)